

Patentes: O Brasil no Retrovisor

Jornal do Commercio, Junho/2005

José Marcos Werneck

O United States Patent and Trademark Office, órgão responsável pela concessão de patentes e registros de marcas dos Estados Unidos, divulgou recentemente relatório das 10 empresas que mais obtiveram patentes naquele país em 2004.

Encabeçando a lista pela décima-segunda vez consecutiva aparece a IBM, com impressionantes 3.248 patentes. Em segundo lugar, vem a japonesa Matsushita, com 1.774. Outras empresas americanas e japonesas, tais como HP e Sony, completam a lista. A única exceção é a sul-coreana Samsung, em 6º lugar, com 1.313 patentes.

O Sub-secretário de Comércio para Propriedade Intelectual dos E.U.A., Jon Dudas, demonstra clara compreensão sobre a importância das patentes, ao declarar que elas “se tornaram um ingrediente essencial de nossa vitalidade econômica, calçando o caminho para investimentos no comércio, pesquisa e desenvolvimento, e criando emprego para milhares de americanos”.

Enquanto isso, no relatório emitido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, verifica-se que empresas brasileiras apresentaram em 2004 somente 277 pedidos internacionais de patente, contra 41.870 dos americanos.

Não obstante termos avançado cerca de 26 % em relação ao ano de 2003, quando foram requeridas 220 patentes, este número é ainda muito pequeno, deixando-nos apenas na 6ª posição no ranking entre os países em desenvolvimento, liderado pela Coreia do Sul, com 3.070 novos pedidos, seguida pela China (1.614), Índia (562), Cingapura (415) e África do Sul (374).

Deve ser destacado o grande número de pedidos de patente solicitados pelos coreanos e chineses, que reagiram fortemente nos últimos cinco anos, merecendo inclusive uma observação especial no referido relatório.

Este fato demonstra não só uma crescente capacitação tecnológica destes dois países, mas também a crescente implementação de uma cultura de proteção à propriedade intelectual como fator de desenvolvimento. Somente nos meses de janeiro e fevereiro de 2005, segundo dados da OMPI, a China apresentou 231 novos pedidos e a Coréia 144, enquanto foram apresentados pelo Brasil apenas 25.

Confirmando esta falta de cultura de proteção de bens imateriais em nosso país, os principais meios de comunicação no Brasil têm veiculado que somente agora, após dez anos da invenção e do uso bem sucedido da urna eletrônica, o governo começa a se mexer para protegê-la como propriedade intelectual, diante do forte interesse que ela vem despertando no mundo.

Já perdemos muito por não darmos a devida atenção a isso, desde o século 19, quando Santos Dumont deixou de patentear seus inventos, ao contrário dos dois irmãos americanos que se arvoraram também “pais da aviação”.

Lembre-se que iniciativas tardias como a que o governo federal está tomando quanto à urna eletrônica podem não ter a eficácia desejada, pois há o risco da invenção já ter sido lançada no estado da técnica em razão de sua maciça divulgação, dificultando assim, a obtenção da patente.

Vale ressaltar ainda que, conforme relatório recém-emitido pelo Fórum Econômico Mundial, numa lista de 104 países que mais se destacaram em 2004 por usar a tecnologia em seu desenvolvimento, o Brasil ficou apenas com o 46º lugar, ou seja, atrás da Tunísia, no 31º lugar, Barein e Chipre, nos 33º e 37º lugares, respectivamente. A lista é liderada por Cingapura, Islândia, Finlândia, Dinamarca e Estados Unidos.

Os relatórios da OMPI e do Fórum Econômico Mundial revelam, enfim, uma situação inadmissível para um país com a capacidade do Brasil, com bons pesquisadores, amplos centros universitários, empresas de renome mundial, e sobretudo, recursos naturais invejáveis.

Vale como sinal de alerta um estudo recente feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, segundo o qual, na última década, o Brasil perdeu US\$ 1.6 bilhão em exportações para concorrentes chineses.

Uma série de fatores que escapam da área da propriedade intelectual pode ter contribuído para isso. No entanto, com o desenvolvimento tecnológico da China, evidenciado pelos números da OMPI, a médio e longo prazos esta perda pode aumentar, principalmente se ficarmos de braços cruzados, assistindo ao progresso alheio. Notícias já dão conta, por exemplo, de que a China quer concorrer com o Brasil no segmento de aviões de pequeno porte.

É necessário que haja um esforço maior para ações como a do governo do Distrito Federal, que firmou convênio com o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para estimular no empresariado local a proteção por patentes. O Secretário de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do DF, Izalci Lucas, lembrou com razão: “O mais importante é que estamos promovendo a cultura de que o conhecimento tem valor, gera retorno financeiro”.

O Brasil tem fama de possuir um povo criativo. Já é hora de transformar a criatividade em riqueza e empregos.